

Nova Constituição coloca Congresso no centro do poder

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

As votações no Congresso constituinte já terminaram e o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), com o viés de sociólogo que nunca o abandona, aponta o dedo para o plenário para demonstrar qual o principal efeito político da nova Constituição: "Nasce um novo poder, é este aqui".

A avaliação de Fernando Henrique é virtualmente consensual entre os constituintes. À direita, diz o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos mais importantes parlamentares do Centrão, o agrupamento suprapartidário conservador: "Os deputados e senadores terão que se conscientizar de que, a partir de agora, suas decisões gerarão consequências, ao contrário do que ocorreu nos últimos vinte anos". À esquerda, ecoa Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP): "O difícil vai ser fazer a Casa tomar consciência da força que adquiriu".

É a mesma impressão que tem o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB no Congresso constituinte: "É um desafio ao Congresso. Só o fato de que não existe mais o instrumento do decreto-lei já vai mexer com a cabeça de muita gente".

Dois senadores que passaram em polos opostos os 19 meses de trabalhos do Congresso constituinte —Mário Covas (PSDB-SP) e Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado— acabaram, no último dia de trabalhos, chegando à uma conclusão coincidente, sempre na linha do notável reforço para os poderes do Congresso a partir da nova Carta.

Gadelha recorre ao que ele próprio chama de "frase golberyana" (alusão ao general Golbery do Couto e Silva, ideólogo do regime militar, já morto): "Esta é a Constituição da diástole". Golbery dizia frequentemente que o país vivia de sístoles e diástoles, movimentos de expansão e contração. Para Gadelha, chegou a hora da expansão dos poderes de um setor que viveu vinte anos contraído.

Covas vai na mesma direção: "Era inevitável que houvesse essa devolução de poderes ao Congresso, como também era inevitável que houvesse a reforma tributária". Ambas as medidas, uma complementar da outra, na opinião do senador paulista, surgem como reação à concentração de poderes nas

Parlamento influi no orçamento

Da Redação

Todas as decisões importantes do país passam agora a precisar de aprovação do Congresso Nacional. A iniciativa para propor diretrizes e reformular o Orçamento da União proposto pelo Executivo é uma das principais prerrogativas que a nova Constituição dá ao Poder Legislativo federal. Com isto ele passe a ser co-responsável da gestão econômica do país. Atualmente os parlamenta-

mãos do Executivo e da União, nos anos do ciclo militar.

É também o que diz o deputado Nelson Jobim (RS), líder do PMDB no Congresso constituinte: "Houve uma desconcentração do poder. A formação da vontade do Estado passa a ser pulverizada por vários agentes".

Se há essa virtual unanimidade em torno da emergência de um novo poder, o Congresso Nacional, não há o mesmo consenso em torno da capacidade do Parlamento de responder com eficiência à responsabilidade.

Fernando Henrique salta em defesa de sua Casa, o Senado, apontando a existência de quadros técnicos e infra-estrutura adequada para as novas tarefas, mas tem uma ponta de dúvida sobre a mesma competência no caso da Câmara Federal.

Um dos homens que passou os últimos 19 meses assessorando constituintes da corrente de centro-direita e pede reserva do nome prefere a desconfiança direta e com um argumento curioso: ele acha que os políticos dessa tendência, ao contrário dos de esquerda, são refratários à assessoria especializada, por se sentirem donos de um conhecimento superficial mas generalizado sobre tudo.

Mário Covas e Roberto Freire usam o mesmo argumento como resposta: "O Congresso vai aprender a fazer fazendo". O comunista Freire acrescenta que não adianta desconfiar da competência do Congresso para as novas tarefas: "Se se duvidar dela, também se teria de desconfiar da competência da Constituinte para fazer a Constituição".

Quem tem total desconfiança, não do Parlamento, mas do próprio texto

res podem apenas aprovar ou rejeitar as proposições do governo. O poder do Congresso também se faz sentir na área administrativa. Agora cabe a ele as decisões referentes à criação, extinção e transformação de "cargos, empregos e funções" da administração pública. O Legislativo também passa a "apreciar as concessões e renovações de canais de rádio e TV", hoje nas mãos do Executivo.

aprovado é o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara: "A Constituição está boa. Só não sei quanto vai durar", ironiza o líder pefelista. Em seguida, dispara: "Os benefícios previstos na área da Previdência são capazes de afundar até o Tesouro dos Estados Unidos".

Fernando Henrique, habituado às frequentes críticas de Lourenço e outros parlamentares ligados ao Palácio do Planalto aos trabalhos do Congresso constituinte, reage com idêntica ironia: "A outra grande característica política do texto aprovado é que ele estabelece uma redistribuição de renda. É por isso que essa gente fica gritando contra".

Ulysses Guimarães, o presidente do Congresso constituinte, ignora olímpicamente todas as críticas, diz que não consegue enxergar um único defeito no texto aprovado e garante que ele "ficou além das minhas expectativas".

Reforça Ulysses: "É o reencontro com a sociedade, ao estabelecer mecanismos de democracia participativa, que superam os da clássica democracia representativa. E é também o reencontro da Nação com a sua geografia, porque se restabeleceu a Federação" (em alusão à redistribuição de verbas para Estados e municípios, em detrimento da União, prevista no novo texto legal).

Por tudo isso, apesar de algumas queixas, das olheiras, do cansaço, havia um alegre clima de formatura escolar quando os trabalhos se aproximavam do fim. Um clima explicado por Plínio de Arruda Sampaio: "A Constituição nova devolve poder aos políticos. E este é o ninho dos políticos".



De mãos dadas, os constituintes cantam o Hino Nacional no encerramento das votações

Lula Marques 1.Ser.88